

REPRESENTATIVIDADE FEMININA

TEXTOS

TEXTOS

Metade dos artigos científicos no Brasil são escritos por mulheres

Na última semana, circulou com força pelas redes sociais o relatório *Gender in the Global Research Landscape*, que destaca o Brasil como um dos exemplos de sucesso em promover a igualdade entre homens e mulheres no ambiente acadêmico.

O documento, feito pela editora Elsevier, é de 2017 e leva em conta dados de artigos científicos escritos entre 1995 e 2015.

Nesses 20 anos, as mulheres brasileiras passaram a assinar a mesma proporção de artigos científicos que os homens (50%-50%) – um crescimento considerável, já que, entre 1996 e 2000, só 38% dos artigos publicados tinham sido escritos por uma mulher. [...]

A única notícia ruim do relatório é que as mulheres permanecem sendo menos citadas que seus colegas homens em outros artigos – e isso é verdade não apenas no Brasil, mas em outros países latinos, como Chile e México.

Um importante fator de desequilíbrio entre gêneros no ambiente acadêmico, porém, não foi levado em conta pelo estudo. Trata-se do chamado de *leaking pipe* (basicamente, “um cano que vaza”): no início do Ensino Superior, as mulheres estão presentes na mesma quantidade e até são maioria entre os pesquisadores (principalmente nas áreas de Humanas e Biológicas).

A participação delas diminui no mestrado e cai ainda mais no doutorado. O resultado é que os índices são muito diferentes (e bem menos otimistas) para posições sêniores da academia, onde os homens chegam a dominar 87% dos cargos.

Ana Carolina Leonardi. “Metade dos artigos científicos no Brasil são escritos por mulheres”. MSN. 29 mar. 2018. Disponível em: <www.msn.com/pt-br/noticias/mulheres/metade-dos-artigos-cientificos-no-brasil-sao-escritos-por-mulheres/ar-AAvdEXf?ocid=spartantnp>.

TEXTOS

TEXTOS

Desigualdade no lar afasta mulheres da vida pública, diz pesquisadora

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), coletados pelo IBGE ao longo de 2016, no Brasil, nove entre cada dez mulheres gastam ao menos uma hora por semana com tarefas domésticas. Entre os homens, apenas sete em cada dez se dedicam ao lar, investindo metade do tempo que as mulheres.

Esses números são um reflexo do que correntes das Ciências humanas chamam de “divisão sexual do trabalho”, configuração que classifica as funções, tarefas e lugares ocupados por homens e

mulheres na sociedade. É ele que define, por exemplo, por que foi definido que as mulheres são consideradas as principais responsáveis pelos afazeres domésticos.

Segundo a cientista política Flávia Biroli, essa divisão também interfere na vida pública. Em seu novo livro, *Gênero e Desigualdades – Limites da Democracia no Brasil* (Editora Boitempo, R\$ 53, 252 páginas), a professora da Universidade de Brasília (UnB) argumenta que a divisão sexual do trabalho é uma interferência para a participação feminina na cidadania e na democracia. [...]

Vitória Batistoti. “Desigualdade no lar afasta mulheres da vida pública, diz pesquisadora”. Revista Galileu. 26 mar. 2018. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2018/03/desigualdade-no-lar-afasta-mulheres-da-vida-publica-diz-pesquisadora.html>>.

TEXTOS

TEXTOS

Participação de mulheres em cargos gerenciais cai para 37,8% em 2016, aponta IBGE

Mesmo em número maior entre as pessoas com Ensino Superior completo, as mulheres ainda enfrentam desigualdade no mercado de trabalho em relação aos homens. [...]

Tomando por base a população de 25 anos ou mais de idade com Ensino Superior completo em 2016, as mulheres somam 23,5%, e os homens, 20,7%. Quando se comparam os dados com homens e mulheres de cor preta ou parda, os percentuais são bastante inferiores: 7% entre os homens e 10,4% entre mulheres.

Em relação ao rendimento habitual médio mensal de todos os trabalhos e razão de rendimentos, por sexo, entre 2012 e 2016, as mulheres ganham, em média, 75% do que os homens ganham. Isso significa que as mulheres têm rendimento habitual médio mensal de todos os trabalhos no valor de R\$ 1.764, enquanto os homens, R\$ 2.306.

[...]

“Participação de mulheres em cargos gerenciais cai para 37,8% em 2016, aponta IBGE”. Agência Brasil. 7 mar. 2018. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Carreira/noticia/2018/03/participacao-de-mulheres-em-cargos-gerenciais-cai-para-378-em-2016-aponta-ibge.html>>.

TEXTO 4

Brasil tem menos mulheres na política que o Afeganistão

[...] Ruanda é o país com a maior porcentagem de mulheres em cargos políticos – 49 dos 80 lugares da Câmara são ocupados por elas. Na sequência, aparecem Bolívia, Cuba, Nicarágua (que subiu 9 lugares no ranking desde 2016), Suécia e México. Na lanterna do ranking vêm Omã, com 85 parlamentares e uma única mulher, a Confederação de Estados da Micronésia (14 representantes, 0 mulher). Também zeram na lista Papua Nova Guiné e Vanuatu.

Dentre os 50 melhores colocados, é difícil estabelecer um padrão para definir as nações com mais igualdade de gênero na política: 19 deles ficam na Europa, 16 na África, 11 na América, três na Ásia e apenas um na Oceania.

Mas o fato é que estamos no 152º lugar do ranking. Não chega a ser 7 x 1 para o Afeganistão, mas, enquanto 27,4% dos representantes do congresso afegão são mulheres, aqui elas ocupam apenas 11,2% dos cargos parlamentares.

Pâmela Carbonari. “Brasil tem menos mulheres na política que o Afeganistão”. Superinteressante. 8 mar. 2018. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/comportamento/brasil-tem-menos-mulheres-na-politica-que-o-afeganistao/>>.

TEXTO 5

Eleição de 2018 será novo teste para lei que prevê cota de mulheres candidatas

Na prática, é possível observar que, embora as mulheres representem atualmente 52% dos eleitores brasileiros, a representação feminina no Congresso Nacional está bem abaixo disso: 11,3% dos parlamentares.

Ao todo, dos 513 deputados, somente 10,5% são mulheres. No Senado, dos 81 parlamentares, 16% são mulheres.

Com isso, o Brasil ocupa a 152ª posição em um ranking de 190 países sobre o percentual de cadeiras ocupadas por homens e mulheres na Câmara dos Deputados. [...]

Fernanda Calgari; Bernardo Caram. “Eleição de 2018 será novo teste para lei que prevê cota de mulheres candidatas”. G1. 8 mar. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/eleicao-de-2018-sera-novo-teste-para-lei-que-preve-cota-de-mulheres-candidatas.ghtml>>.

*Todos os links foram acessados em 18 jul. 2018.

Agora leia o artigo a seguir:

Vai ser melhor para homens e mulheres Mulheres, em média, não ocupam mais do que 15% das cadeiras em Casas legislativas no Brasil

CONRADO HÜBNER

12/03/2018

O “lobby do batom”, assim conhecida a bancada de mulheres na Assembleia Constituinte de 1987-1988, foi a linha de frente de uma das maiores campanhas feministas na história do país. Sob a liderança do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o movimento é capítulo fascinante do processo que culminou na Constituição brasileira de 1988.

A campanha se iniciou em 1985, na busca por eleger mulheres ao Parlamento. Seus lemas: “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher”; “Constituinte sem mulher fica pela metade”. Um de seus cartazes gritava: “A nova Constituição precisa garantir às mulheres a dignidade de uma vida sem medo. Vai ser melhor para homens e mulheres”. Conseguiram eleger 26 parlamentares, e a representatividade feminina saltava de 2% para 5% no Congresso Nacional.

Iniciada a Constituinte, a “Carta das Mulheres” sintetizava seus ideais de luta: “Um sistema político igualitário e uma vida civil não autoritária”; “o direito à representação, à voz e à vez na vida pública”. A primeira briga foi por reconhecimento de sua presença no recinto, cujo plenário “só tinha banheiro de homem”. A primeira conquista, um banheiro feminino.

Num ambiente hostil, a bancada suprapartidária teve de atrair aliados e jogar estrategicamente. O resultado final, apesar da resistência, foi um marco na história dos direitos das mulheres. Ancora-da no princípio da “igualdade na diferença” de gênero, a bancada conquistou o direito à creche, à igualdade conjugal, às licenças maternidade e paternidade, à união estável etc. Também influenciou a aprovação, por exemplo, da educação universal, pública e gratuita e de um pioneiro regime de proteção ao meio ambiente.

Esse episódio serve de inspiração para o que vem pela frente. Trinta anos mais tarde, o cenário é de desalento, a começar pelo Poder Executivo. Ao assumir a Presidência, Michel Temer, ex-deputado constituinte, montou o primeiro ministério sem ministras desde o presidente Geisel (o que foi atenuado meses depois); extinguiu o ministério dedicado aos direitos das mulheres e o subordinou a um ministério “guarda-chuva”, o da Justiça; em discurso no Dia da Mulher, em 2017, enfatizou “o quanto a mulher faz pela casa, pelo lar, pelos filhos” e o quanto conhece “os desajustes de preços em supermercados”.

Apesar de esforços pelo aumento da presença feminina na política eleitoral, o quadro legislativo também é nebuloso. Mulheres, em média, não ocupam mais do que 15% das cadeiras em Casas legislativas no Brasil. Entre 189 países, o Brasil ocupa a 152ª posição no ranking de representatividade feminina, segundo a Inter-Parliamentary Union. Multiplicam-se também os Projetos de Lei contra direitos da mulher. Continuamos com Parlamentos brancos, masculinos e dinásticos, que honram nossa face oligárquica, não a democrática.

No Judiciário, juízas ocupam menos de um quarto das cadeiras nos tribunais superiores (STF, STJ, STM, TSE) e nos tribunais de Justiça estaduais (com poucas exceções). Ali, contudo, alguns casos podem ajudar a moderar a magnitude do problema: está na mesa do STF, por exemplo, ação para invalidar lei recente que criou obstáculos à viabilidade de candidaturas femininas dentro do sistema de cotas que todos os partidos devem cumprir.

A proporção igualitária de mulheres na política não é apenas uma reivindicação de justiça material ou simbólica. Estudos recentes já avaliaram suas consequências concretas.

Além de mudar a percepção do lugar social da mulher e de reduzir o preconceito contra a liderança feminina, evidências apontam que a mera presença de mulheres num Parlamento aumenta o potencial de que as leis favoreçam seus direitos.

Como resumiu Kofi Annan anos atrás: “Não há ferramenta mais eficaz para o desenvolvimento do que conferir poder a mulheres; nenhuma outra medida tem maior probabilidade de aumentar a produtividade econômica”. Essa mensagem deveria ser levada mais a sério pelos inúmeros movimentos de renovação da política no Brasil, cujas cartas de princípios ainda não deram à dimensão de gênero o devido destaque. Em suma, mulher na política importa.

Conrado Hübner Mendes. “Vai ser melhor para homens e mulheres”. Época Online. 12 mar. 2018. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/politica/Conrado-Hubner/noticia/2018/03/vai-ser-melhor-para-homens-e-mulheres.html>>.

PROPOSTA DE REDAÇÃO

Considere que você tenha lido o artigo de Conrado Hübner Mendes e se incomodado com a baixa representatividade feminina na vida político-administrativa do país. Escolha a autoridade ou personalidade que julgar adequada e peça-lhe que se empenhe na promoção de campanhas e de um movimento que conscientize o país da necessidade do acesso das mulheres às diversas instâncias do poder público.

- Escolha a autoridade adequada para promover essa mediação.
- Contextualize a autoridade em relação ao artigo publicado.
- Apresente seus argumentos para a necessidade e relevância de um movimento nacional pela participação da mulher na administração do país.
- Aponte caminhos e alternativas para que essa fomentação aconteça.
- Despeça-se com atenção e cuidado.

ORIENTAÇÕES PARA O ALUNO

Ao escrever a sua carta argumentativa, você precisará considerar alguns fatores:

1. O modo como o locutor (aquele que escreve) e o interlocutor (aquele a quem se destina o texto escrito) estão representados na linguagem do texto.

2. A pertinência do registro de linguagem adotado (formal, semiformal, informal) na escolha das palavras e expressões.
3. O modo como o tema é abordado.
4. As estratégias de argumentação adotadas.
5. O uso da norma-padrão e das formas de organização textual que atenderão aos tópicos anteriores (estrutura de uma carta, elementos de coesão etc.).

Se desejar, consulte os textos de apoio sugeridos para fortalecer seus argumentos.

Bom trabalho!
Profa. Kelly Naiara

Orientações para o professor

Discuta com os alunos a importância da diversidade na representação política para que a agenda nacional contemple, de fato, os interesses populares. Para iniciar a atividade, leia o artigo “Vai ser melhor para homens e mulheres” e peça aos alunos que reflitam sobre os aspectos históricos e argumentativos, opinando a respeito dos diferentes pontos de vista apresentados pelo autor. O texto está disponível em: <<https://epoca.globo.com/politica/Conrado-Hubner/noticia/2018/03/vai-ser-melhor-para-homens-e-mulheres.html>>. Com o objetivo de enriquecer a discussão, leia também o texto “Liderança e participação política”, disponível em: <www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/lideranca-e-participacao/>. Como a proposta é fazer uma carta direcionada a uma personalidade ou autoridade relevante à vida pública no país, auxilie os alunos a identificar tais destinatários.

Consulte as parlamentares femininas nas listagens disponibilizadas pelo Senado em:

- <www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/mais-mulheres-na-politica-retrato-da-subrepresentacao-feminina-no-poder>.
- <www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/03/08/lugar-de-mulher-tambem-e-na-politica>.